



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.  
Sub-eixo: Trabalho profissional.

## CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA

GISELE JUSTINIANO DE FARIA MARTINS<sup>1</sup>  
AUREA BASTOS DAVET<sup>2</sup>

**Resumo:** Constituição Federal de 1988 abre um novo debate nas políticas sociais trazendo a família como elemento de destaque no sistema de proteção social. Observa-se a família em seu protagonismo nas diferentes políticas sociais como elemento de referência. A valorização da família no cenário das políticas sociais tanto de iniciativa pública como privada, sinalizam a necessidade de se repensar o seu papel na relação Estado – Sociedade, e o tratamento dado a ela no contexto do trabalho do assistente social. O assistente social é um dos profissionais com destacado papel na abordagem de famílias no cotidiano de seu trabalho. O presente artigo pretende abrir uma discussão sobre as concepções que qualificam o assistente social para o trabalho com famílias, a compreensão no universo desta abordagem, a concepção elaborada e sobre a qual sustenta as ações junto a família, focando no cuidado com a família no sistema de proteção social.

**Palavras Chave:** Família; Proteção Social; Serviço Social

**Abstract:** Federal Constitution of 1988 opens a new debate in social policies bringing the family as a prominent element in the social protection system. It is observed the family in its protagonism in the different social policies as an element of reference. The valorization of the family in the scenario of social policies of both public and private initiative signaled the need to rethink their role in the State - Society relationship and the treatment given to it in the context of the social worker 's work. The social worker is one of the professionals with outstanding role in approaching families in the daily life of their work. This article intends to open a discussion about the conceptions that qualify the social worker for working with families, the understanding in the universe of this approach, the elaborate conception and on which supports the actions with the family, focusing on the care with the family in the system protection.

**Keywords:** Family; Social Protection; Social Worker

### 1 INTRODUÇÃO

A Família é um objeto e universo de intervenção do Serviço Social desde o início de sua instituição enquanto profissão. Acompanha o processo de organização e definição da identidade do Serviço Social apresentando-se como um caminho na materialização do saber profissional.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <abdavet@gmail.com>

No sistema de proteção social a família tem se mostrado objeto central das ações do assistente social, bem como a necessidade da intervenção do Estado quando a família não consegue efetivar a proteção e os cuidados. Estudar a instrumentalidade do assistente social, conhecendo os instrumentos e técnicas evidenciados no trabalho cotidiano do assistente social com famílias e analisar o conceito elaborado que fundamenta o trabalho do assistente social junto a família, se configuram como objetivos principais deste estudo. Para tanto, desenvolveu-se pesquisa online, através de formulário eletrônico junto a profissionais em espaços sócio- ocupacionais buscando uma aproximação de conceitos e procedimentos sob o foco de observação do cuidado com a família. As respostas obtidas entendem-se que possam contribuir para aprofundarmos o debate sobre a complexidade do tema Família sob a ótica do cuidado no sistema de proteção social vigente.

## **2 A FAMÍLIA E O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL**

No Brasil, as políticas de proteção social se evidenciam a partir do século XX em um período marcado por grandes transformações sociais de base produtiva econômica resultado da evolução da indústria e da urbanização populacional.

As iniciativas de ações direcionadas a família tinham em seu contexto histórico o direcionamento na consolidação de uma instituição sólida e referência para a organização e manutenção da ordem social. Enquanto provedora de valores morais era necessário mantê-la sob o controle e estrutura de uma sociedade conservadora tendo em vista uma vida digna dentro dos bons costumes.

Esta tendência se estendeu enquanto a família era vista como a única responsável pela proteção, provimento e educação de seus membros. Esta concepção é ressignificada a partir do reconhecimento e valorização de sua participação na formulação das políticas sociais com destaque as políticas relativas a criança e ao adolescente, assistência social, saúde.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, retoma a organização das políticas sociais no Brasil demonstrando que a partir dos anos

80 vimos mudanças sensíveis na forma de abordagem e inclusão da família no contexto e no movimento social mostrando ações emergentes e refocalizando a família no contexto das políticas sociais. Percebe-se a família em diferentes momentos da vida social, suas limitações internas para enfrentar os conflitos, as novas demandas culturais e sociais intergeracional, o processo de exclusão e empobrecimento e sua dinâmica e configuração modificando-se apresentando novas e específicas necessidades em seu núcleo. (IPEA:2013)

O resgate da família para o cenário das políticas públicas se fundamenta na percepção de que as ações a esta voltadas até o momento se mostravam fragmentadas e descoladas do movimento real da sociedade.

Vasconcelos citada em CARNEIRO fala em seu estudo sobre políticas sociais e família, sinaliza que,

“...no cenário capitalista, os direitos sociais, embora frutos de intensas lutas dos movimentos sociais para seu reconhecimento tendem a ser percebidos como direitos de indivíduos isolados e setorializados, dentro de uma lógica fragmentada. Nesse sentido, as políticas sociais voltadas para responder a tais direitos são individualizadas, voltadas para segmentos como crianças, mulheres, idosos etc., desconsiderando o universo familiar e comunitário em que vive o que reflete a ideologia mercantil hegemônica, para a qual a iniciativa individual em prol dos interesses particulares é à base do progresso e do bem-estar. (2007:2)

No desenvolvimento das políticas sociais observa-se, por um momento, o Estado ocupar espaço e presente no atendimento em políticas de saúde e Assistência Social, incluindo a estas o olhar das demais políticas como habitação, Previdência Social, Agricultura reconhecendo o papel da família que vive na área rural e não apenas no âmbito urbano.

No entanto, há que se observar o lugar em que esta família é inserida neste contexto como sujeito no movimento da sociedade, seus limites e possibilidades em sua organização, estrutura, provimento e cuidados na preservação de sua dignidade e cidadania.

“Historicamente, nota-se a tendência da família a ser sobrecarregada diante da incapacidade do mercado e do Estado de prover segurança material às pessoas. Goldani (2001), ao analisar a família como fator de proteção social, mostra a absorção por essa de maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, amortizando o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho. As novas formas de família, ao lado das mudanças no mercado de trabalho, potencializam um

contexto que exige estudos não só das realidades familiares, mas também dos impactos das políticas públicas que nelas se apoiam ou são focalizadas.” (ITABOARI: 2006:04).

Ao tratar da questão da proteção social olha-se a trajetória do significado social de proteção desde os tempos primitivos onde a segurança de um indivíduo e seu grupo era garantida pelo mais forte da comunidade reduzindo-se o sentido de proteção a capacidade de assegurar-se fisicamente bem como sanar as necessidades básicas de saúde, de alimentação e abrigo.

A evolução conceitual de proteção social acompanhando as novas demandas sociais trazidas pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e social vai para além disto. Agrega a necessidade de segurança, saúde, alimentação, abrigo o afeto, reconhecimento, renda, diante de situações que vulnerabilizam e fragilizam o sujeito em suas vivências e relações do dia a dia.

MIOTO, ao analisar a trajetória das políticas sociais relativas à família nos traz que:

... não se pode deixar de considerar que na realidade brasileira sempre houve iniciativas públicas e privadas voltadas às famílias, embora por um longo período tenha prevalecido a política social para segmentos específicos, o que afetava indiretamente a família já envolta de ações discriminatórias de seus arranjos, culpabilizando-a pelos problemas que afetavam seus membros, em especial, crianças, adolescentes e jovens. Essa forma de organização da política quase sempre culminava com trabalhos sociais de cunho emergencial, residual, focalizados em situações-problemas, tidas como patológicas, ou em ações educativas numa perspectiva normatizadora e disciplinadora dessas famílias (Miotto,2006).

Ressalta-se que mesmo antes da constituição de um sistema de proteção social instituído a partir da Constituição Federal de 1988 já existiam medidas voltadas para as famílias na direção da normatização e “tratamento” da vida familiar.

Fonseca (2001) aponta o período compreendido de 1930 a 1943, onde a família é chamada a contribuir na construção da identidade da nação com o foco na reprodução do pensamento capitalista, modelo de família equilibrada e coesa capaz de produzir trabalhadores eficientes e saudáveis.

No Estado Novo esboçaram-se as primeiras medidas do Estado à realização de políticas públicas na área da família e educação. A ênfase passou a ser dada à ideia de família normal, evidenciando o modelo higiênico e

moralista da família burguesa na proposta de urbanização em face de industrialização. A convivência, no entanto, com outros modelos de organização familiar, ignorados e desconsiderados como qualquer possibilidade de unidade familiar sendo apontados como marginais e geradores dos problemas sociais.

Por certo, ainda hoje observa-se resíduos deste pensamento presentes em discussão de propostas de leis e comportamentos sociais trazendo à tona concepções conservadoras supostamente entendidas como superadas, mas que ainda se destacam e encontram aceitação em práticas discursivas na sociedade contemporânea.

O Brasil foi construindo o sistema de proteção social público ainda referenciado em modelos com ações compensatórias tratando da pobreza e dos excluídos do mercado de trabalho, através de um denso modelo assistencial, seletivo e fragmentando sujeitos e grupos secundarizando vínculos e o enfrentamento a raiz da desigualdade social. Onde a superação dos problemas sociais poderia se dar pela fé, pela força de vontade e pela qualificação educacional, acadêmica e profissional. Mito (2016), afirma que o trabalho social com famílias tem sido vinculado as famílias pobres e multiproblemáticas, não mais dentro do que foi construído como ideal socialmente, mas na perspectiva de ser protetiva, ou seja das famílias serem cobradas sobre suas responsabilidades

Campos (2008), reafirma que a responsabilização da família sob sua manutenção e cuidados se mantém culturalmente e socialmente sob a égide do desempenho de papéis de seus membros, e em especial a mulher.

Outra forma de entrada da família para o plano das políticas públicas são as ações direcionadas ao controle da natalidade as quais, através de práticas de planejamento familiar, cuja preocupação era com o crescimento populacional em todo o mundo e as crises que poderiam desencadear uma realidade de superpopulação comprometendo o desenvolvimento social da nação. E o cuidado junto a família vem na esteira deste olhar, na perspectiva de “reestruturação”, “ressocialização” e “educação” familiar. Sendo esta representação uma preocupação no trabalho cotidiano do assistente social

para não se resgatar ações que referendem e retomem esta concepção e perspectiva.

O cuidar é um conceito novo, porém, ele advém de uma velha realidade integrada de atividades e vínculos sociais, interligados a um sistema para manutenção de sobrevivência humana. O cuidado só é possível se o outro for importante para o cuidador, que realiza um trabalho da forma de que o outro precisa e, assim, o resultado é positivo para todos (MARTINS, 2011)

Segundo FALEIROS (2013), o cuidado é a preocupação com o tempo da vida, com a expressão da vida e com as condições de trabalho.

No campo do cuidado observa-se a responsabilização das famílias, como um espaço de indefinições e negociações, tendo diferentes relações de sua manutenção, ou seja, como uma imposição do assumir ou por ser considerado como baixo custo quando realizado no meio familiar. Mas esse cuidado não só está inserido ao valor econômico, mas o valor emocional e do trabalho de sua realização (MIOTO,2018). No Brasil, as políticas sociais têm como uma das características responsabilizar as famílias.

Dessa forma, revela que a busca ao acesso das políticas sociais é decorrente pelas demandas solicitadas a efetivação do cuidado, trazidas pela sobrecarga da família refletindo suas fragilidades quando da sua não efetivação. E a realidade social brasileira reforça essa manutenção na esfera privada que perpassa uma questão que é de ordem pública (SILVA, A et al, 2016).

No contexto neoliberal, as famílias voltam a retomar suas responsabilidades sobre a educação e a saúde, passando a ser realizada no cuidado domiciliar e deixam de ser atendidas pelas redes de serviço, como no caso dos idosos, pessoas com deficiência, crianças (DAL PRÁ & MOSER, 2016).

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS AVANÇOS NO RECONHECIMENTO DO PROTAGONISMO DA FAMÍLIA**

Podemos entender que as políticas públicas avançaram em seus propósitos teóricos metodológicos porem carecendo ainda de ações efetiva e contínuas.

A formulação de programas, projetos serviços e benefícios por si só são insuficientes e insatisfatórios, exigindo constante diálogo com todas as instâncias e sujeitos envolvidos na gestão das políticas sociais.

Para Nogueira (2004), é na participação política que estrutura e viabiliza a cidadania e os direitos humanos, assim o trabalho socioeducativo deve caminhar não dentro de uma visão fragmentada e com restrições a família, mas na perspectiva de organização, participação e controle social.

Encontra-se em Draibe (1990), uma reflexão sobre os avanços já conquistados na formulação de políticas públicas, chamando a atenção, no entanto, para vencer algumas questões postas na objetivação das políticas sociais também referenciadas à família:

Grandes mudanças já foram registradas. O sistema assume com ampliação da cobertura dos beneficiários em todas as políticas, criação de novas políticas, ampliando e consolidando o sistema de proteção social. Entretanto, a manutenção das características corporativistas e clientelistas que ainda perpassam as políticas sociais brasileiras precisa ser superada como: - A extrema centralização política e financeira no nível federal das ações do governo; - Acentuada fragmentação institucional; - Exclusão da participação social e política dos processos decisórios; - O princípio do autofinanciamento do investimento social; - O princípio da privatização; e- O uso clientelista da máquina social. (DRAIBE, 1990: 54)

O protagonismo da família exige da mesma forma este diálogo ampliando o debate entre governo e sociedade sobre os serviços prestados enraizando ações e construindo um novo cenário articulado e sólido no real enfrentamento das expressões da questão social.

#### **4 O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

A família expressa em suas relações internas à construção da realidade social externa sendo entendida como um espaço privilegiado para observação, manutenção ou inovações na sociedade em sua totalidade. À medida que produz e reproduz atitudes, conceitos, que se comunica e emite sua cultura de

organização social influencia automaticamente na dinâmica social, criando a imagem que identificará a família enquanto grupo social.

Sarraceno citado em CARLOTO, MARIANO considera que a família constitui o material privilegiado com o qual se constroem os arquétipos sociais e os mitos que nem sempre são positivos. Ao lado das imagens da família-refúgio, da família como lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, modelo de solidariedade e de privacidade, juntam-se as imagens "da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a família que mata". (2010: 38)

Portanto, hoje, não se pode afirmar que a família é o lugar mais seguro para seus membros, ou espaço de repressões sociais. Assim como também não se pode considerar o único espaço de conforto, acolhimento e afeto.

A família, como afirma Lena Lavinias, continuando em Carloto e Mariano

tornou-se o paradigma do privado, o espaço da vida doméstica. Com isso ela passou a ter um importante papel ideológico, senão fundamental, transmitindo os valores da moral burguesa, socializando as crianças, promovendo os cuidados dos idosos e dos doentes. (CARLOTO, MARIANO: 2010: 34)

Considerada pelo Estado, Zaretsky cita, ainda em Carloto e Mariano

"... como uma unidade produtiva baseada na propriedade privada, os seus membros consideravam que a sua vida doméstica e as suas relações pessoais estão enraizadas, da mesma forma, no trabalho familiar, doméstico. A separação desta da posse de suas terras, portanto fez com que a família abrisse espaço para intervenção do estado a partir, primeiramente das relações de trabalho" (2010: 65).

Conforme Carloto e Mariano

"A intervenção do Estado na família remonta ao surgimento do Estado moderno. Ao longo dos últimos séculos o Estado passou a ser fonte de controle e de normas relativas à família como instituição, bem como às relações familiares. Com isso, as políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado, notadamente no século XX, com base prioritariamente na esfera governamental, têm a família como uma das principais mediações entre a ação pública e os indivíduos. Todavia, a relação entre família e Estado é também contraditória. Em consequência, podemos afirmar que nem sempre o controle almejado pelo Estado é acompanhado de proteção pública oferecida às famílias. Desse modo, nas últimas décadas, no Brasil e



em muitos outros países, os programas focalizados de "desenvolvimento", que têm como eixo o combate à pobreza, adotam como principal estratégia a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades, que deveriam ser assumidas pelo Estado, às unidades familiares, com base em uma proposta de pluralismo de bem-estar. ( 2006: 89)

A família, por sua vez, em Sarti (2004) também é um espaço de contradições. Ao tempo em que é tida como refúgio, lugar de intimidade e de afetividade, pode ser da violência velada ou até mesmo explícita exigindo uma intervenção externa capaz de proteger aqueles que, com seus próprios recursos, não conseguem se defender e sair da rede construída pelos laços de sangue ou afetivos, negativos, que dificultam o rompimento com o ciclo doente que se gesta dentro da família, como as crianças e os idosos.

## **5 O ASSISTENTE SOCIAL E SUA ABORDAGEM JUNTO A FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DO CUIDADO**

O assistente social tem se destacado em seu trabalho junto a famílias em função da centralidade desta nas diferentes políticas sociais. A matricialidade da família definida e conceituada principalmente na assistência social tem referenciado com muita propriedade as ações do assistente social nos programas, projetos, benefícios e serviços sociais.

A família integra historicamente o trabalho do assistente social em todo seu processo de profissionalização. Uma preocupação, no entanto, se evidencia na forma como as ações deste profissional tem se construído junto a família. Quais os impactos deste trabalho na efetivação de direitos e na condição de cidadania? Qual a concepção de família que fundamenta o trabalho do assistente social?

Nos anos de 1990, o trabalho social com famílias vive um período importante na forma de pensar e fazer família, na perspectiva do dever do Estado e em relação a proteção social, pela garantia de direitos aos cidadãos

independente do seu vínculo trabalhista e também da família, subsidiando outros parâmetros no trabalho social com famílias (MIOTO, 2016).

Dentre os direitos de cidadania a capacidade de cuidado e proteção a família esta diretamente relacionada a proteção garantida por meio das políticas públicas.

E no trabalho social o cuidado no dia a dia do assistente social, é vinculada em lidar as condições de trabalho que nem sempre são ideais, possibilitando ações cuidadoras que não se restringem aos atendimentos formais de atendimento, mas que podem ser em diferentes espaços sociais como a rua ou outro lugar. (SILVA,2013).

Na constituição do serviço social no Brasil, não era realizado a partir da perspectiva dos direitos, mas na prática da ajuda singularizada, por critérios orientados dentro das demandas da clientela e a limitação de recursos financeiro. Era realizado por uma visão privada e de forma controladora (CAMPOS, 2018).

Mas para realização da realização do Trabalho social com famílias na perspectiva do cuidado e que esses profissionais que atuam dentro das diversas políticas sociais, ainda é preciso reconhecer esta atividade como ponto de referência da profissão e como tem sido feita essa interrelação entre família e serviço social enquanto matriz de análise.

## **6 A PESQUISA**

Não basta ter a família como objeto e sujeito central nas políticas sociais. É preciso conhecê-la e compreendê-la em seu universo de relações e configurações, seus desejos, suas necessidades, suas expectativas, sua realidade. O cotidiano em que vive, produz e reproduz as relações sociais.

Para se aproximar do conhecimento que o assistente social tem se referenciado para desenvolver seu trabalho junto a famílias nas diferentes políticas sociais, desenvolveu-se uma pesquisa quantiqualitativa, com profissionais que atuam diretamente em espaços sócio –ocupacionais. A

pesquisa se configurou em um formulário online com questões abertas e de múltipla escolha. Nestas, procuramos abordar temas como a formação/qualificação profissional que referencia e fundamenta a concepção e o trabalho junto a famílias, tempo de trabalho integral e junto a famílias, instrumentos técnico-operativos utilizados no trabalho com família, limitações e possibilidades do profissional nesta área de atuação. Foram pesquisados 49 (quarenta e nove) profissionais tanto da rede privada como pública, governamental e não governamental.

### 6.1 Resultados obtidos e análise preliminar

30, 6% concordaram em participar da pesquisa. Destes 86,7% reconhecem que trabalham com famílias; 13,3% informa não atender família: trabalham na gestão da política de assistência social; trabalham com estudos socioeconômicos para inserção em programas de aprendizagem/ benefícios. A média de atendimento diário de famílias e de 46,7% - de 5 a 10 famílias por dia; 40% - menos que 5 famílias; 13,3% - não atende família. Das demandas apresentadas pelas famílias 33% refere-se a acesso a benefícios, 25,3% dependência química/drogadição, 14,2% questões relativas a conflitos e violência doméstica, 14,3% desemprego. Dos instrumentos técnico operativos do serviço social mais utilizados pode-se observar 57% entrevista, 48% estudo social, 40% visita domiciliar, 40% encaminhamentos, 40% orientação, 14,7% acolhida, 8,7% relatórios, 6,6% escuta qualificada, 6,6% trabalhos em grupos, 6,6% atendimento individual, 6,6% pesquisa socioeconômica. Em relação ao trabalho grupal realizado com as famílias, as respostas se direcionaram a realização de grupos temáticos informativos, planejamento familiar, grupos com gestantes, tabagismo, grupos de apoio.

Do trabalho realizado, o que mais tem se destacado e chamado a atenção do assistente social é a negligencia familiar com seus membros internos (criança, idoso), despreparo e descompromisso familiar no trato das questões relativas às drogas, desemprego e doenças em função de alimentação precária; 69% tem suas leituras para fundamentar o trabalho com famílias baseadas nos Manuais e Cadernos do Ministério de Desenvolvimento Social e Saúde, 42% tem mais de 15 anos de profissão. Quanto ao tempo de

Serviço, 58% menos de 9 anos de profissão , 42% tem mais de 15 anos de profissão; 53,3% trabalha até 30 horas semanais; 26,7% trabalha 40h / sem, 20% trabalha 20h/sem. Sobre a qualificação para o Trabalho com famílias 46,7% informa ter especialização na área de Família, 27, % tem especialização em outras áreas, 26, 3% não tem especialização. Sobre o conceito de família que referencia o trabalho do assistente social pudemos sintetizar com maior destaque das respostas obtidas que *Família são pessoas que convivem sob o mesmo teto independente das relações de consanguinidade e parentesco, que apresentam relações de confiança. E são aquelas que estão definidas para o acesso do BPC e do Cadúnico.*

Dos pontos positivos do trabalho com família destacam-se: poder provocar mudanças na sociedade trabalhando na garantia de direitos; oportunizar empregos pelos cursos oferecidos; atenção da família as requisições do profissional; respostas das famílias as orientações do profissional; ampliação de conhecimento e acesso a benefícios das políticas sociais; aproximação da realidade familiar;

Pontos negativos: perda de contato com a família pela descontinuidade dos trabalhos; falta infraestrutura para os atendimentos; número reduzido de famílias que participam de atividades; dificuldade das famílias de apresentar/falar sobre os problemas vivenciados; acomodação da família no enfrentamento de situações vividas; fragilidade institucional no trato com famílias; falta capacitação aos profissionais para realizado dos trabalhos; acúmulo de trabalhos e necessidade de atendimentos emergenciais.

## **CONCLUSÃO**

A pesquisa trouxe considerações importantes para uma aproximação da realidade com a qual o assistente social vem se confrontando no cotidiano de seu trabalho com famílias.

Observou-se, inicialmente, o não reconhecimento do profissional no trabalho com famílias tanto no exercício da gestão da política social pública quanto no encaminhamento e a programas sociais. Isso pode sugerir o não

reconhecimento dessas ações como parte integrante da definição de ações e serviços específicos respondendo a demandas e diagnósticos sociais. Isso, observando-se a territorialidade dos problemas evidenciados quanto de cuidados específicos a serem avaliados e analisados no âmbito da família. Outra questão em destaque é a presença da identificação do trabalho com idosos, crianças, habitação, trabalho e renda, mas não identificação destes trabalhos relacionando-o ou reconhecimento como trabalho com famílias. Aqui questiona-se: qual a concepção de família que fundamenta o trabalho do assistente social, ainda hoje, após tantas discussões deste tema, desde sua organização, novas configurações, atribuições, competências?

A leituras básicas que se destacaram na fundamentação dos profissionais na compreensão do universo familiar estão focalizadas nos materiais produzidos pelos órgãos nacionais gestores das políticas sociais. Assim como a concepção de Família ainda se expressa na definição elaborada para a concessão dos benefícios sociais. Isso pode representar um indicador para a academia, observando o acesso do profissional a materiais e produções científicas que parametrizam o trabalho técnico e dão consistência a concepção e instrumentalidade, neste estudo, sobre Família. As respostas apontam a referência em produções dos órgãos gestores e de regulamentação das políticas sociais. Para tanto, a qualidade deste material deverá ter um cuidado em sua produção pela dimensão e disseminação de suas propostas e fundamentos.

Os instrumentos técnicos operativos identificados se destacam em encaminhamentos a benefícios sociais e instrumentos pontuais que, em sua base, requerem ações sequenciais para assegurar a continuidade na atenção a família. Essa leitura na perspectiva de produzir os resultados planejados impactando nas mudanças diagnosticadas e necessárias dentro de cada realidade. Isso posto, desta forma como se apresenta pode sugerir uma fragilidade diante da complexidade do trabalho com famílias, referendada na expressão dos profissionais quando apresentam os pontos negativos desta ação: a descontinuidade do trabalho com a família.

A discussão proposta neste estudo responde, dentro de suas contribuições, para a necessidade de maior atenção no olhar e nos

procedimentos de formação e qualificação profissional no que tange aos processos e instrumentalidade como tem se abordado o trabalho com famílias dado a complexidade do tema e a evidência que esta se expressa no bojo das políticas sociais.

A intenção deste estudo foi evidenciar a interlocução do trabalho social realizado com as famílias e dessas famílias como um espaço a ser cuidado, como sujeito de direitos e não um objeto de intervenção. E do quanto o assistente social tem se apropriado em sua qualificação profissional da repercussão de suas ações sobre esta organização social e o reflexo de suas relações no contexto da sociedade.

Este estudo ainda está em construção e aberto ao debate.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Marta; MIOTO, Regina Célia Tamasso; CARLOTO, Cássia M. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. Política Social e trabalho com famílias: questões atuais para a formação profissional no serviço social. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida Mariano. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n.18, p. 352, maio/ago.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/09.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CARNEIRO, Thaísa Simplício; VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. **Família e políticas sociais: o saúde da família posto em questão**. 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/fbf50aa9282fcbe1e5e1Tha%C3%ADsa%20\\_Katleen\\_Sandra.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/fbf50aa9282fcbe1e5e1Tha%C3%ADsa%20_Katleen_Sandra.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

DAL PRÁ, K.R.; MOSER, L. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.15, n. 2, ago./dez.2016.

DRAIBE, Sônia Miriam. Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas". In: \_\_\_\_\_. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas: Políticas Sociais e organização do trabalho**. Brasília: IPEA, 1990. 4 v.

FALEIROS, V.P. Desafios de Cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Katálysis**, Florianópolis, v.16, 2013.

FONSECA, M. T. N. M. Famílias e Políticas Públicas: Subsídios para a Formulação e Gestão das Políticas com e para Famílias. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 2, dez. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. 13. ed. Documento integral. Disponível em: <[http://www.blogdoalon.com/ftp/BPS\\_13\\_completo.pdf](http://www.blogdoalon.com/ftp/BPS_13_completo.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

IPEA; IPLAN. **Para a década de 90: prioridade e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, 1990. Documento PUC/RJ. Disponível em: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355_3.PDF)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ITABORAI, Nathalie Reis. **A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, G. J. F. **Família, Saúde, Reabilitação e Cuidado Social**. Curitiba: Prismas, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.

\_\_\_\_\_. Trabalho Social com Famílias: entre as Amarras do Passado e os Dilemas do Presente. In: \_\_\_\_\_. **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

\_\_\_\_\_. Família e proteção social: intervenções profissionais contemporâneas. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos de gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

SARTI, Chyntia. **A Família como ordem simbólica**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SILVA, A. M. M. F. **Produção do Cuidado em Saúde e Serviço Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, A.; DAL PRÁ, K. R.; GRAH, B. Familismo e política social: considerações acerca da responsabilização das famílias. In: \_\_\_\_\_. **Miradas iberoamericanas sobre práticas profissionais en el campo familiar**. Uruguai: EPPAL, 2016.

TEIXEIRA, S.M. Família e Proteção Social: Intervenções Profissionais Contemporâneas? Trabalho com Família. In: \_\_\_\_\_. **No âmbito das Políticas Públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.